SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Ministério do idoso

O povo, nessa eleição, não só reconheceu o terceiro mandato do presidente Lula, mas sobretudo, o conjunto de tudo que ele representou e representa para o Brasil e o mundo.

Seus governos transformaram, para melhor, a vida de dezenas de milhões de pessoas. Que alcançaram dignidade através de suas políticas públicas.

Seus governos e sua trajetória pessoal e política motivaram milhões de idosas e idosos, no segundo turno, a sair de suas casas, mesmo sem a obrigação legal de fazê-lo e ir votar no 13, para dizer ao Brasil que não admitiriam Lula derrotado pela extrema direita. E que é merecedor do tributo e da confiança das brasileiras e brasileiros.

Há notícias de que Lula deseja criar o Ministério do Idoso. Fiquei muito feliz.

Fui deputado estadual durante doze anos e pude contribuir com um arcabouço legal de garantias aos idosos no estado do Rio. Foram muitas leis de minha autoria: passe livre nos transportes intermunicipais em ônibus, metrô, trens, barcas e vans legalizadas (não só para idosos como também para estudantes da rede pública e PCDs), o Conselho Estadual do Idoso, Prioridade na Justiça, Delegacia do Idoso, gratuidade nos museus e meia-entrada nos cinemas e teatros, entre outras iniciativas.

Depois, no Senado Federal, assumi o mandato em fevereiro de 2003 e no mesmo mês assumi a presidência da Sub-Comissão do Idoso, e apresentei no mesmo mês um projeto de lei que criava o Estatuto do Idoso.

Meu amigo,senador Paulo Paim, me procurou e disse que já havia apresentado o mesmo projeto em 1997, quando era deputado federal. E que o projeto estava parado na Câmara dos Deputados. Abri mão do meu projeto e entendi que seria mais profícuo lutar pela aceleração do projeto de Paim na Câmara e, em seguida, aprová-lo no Senado. Assim foi feito.

Em 21 de agosto de 2003, o projeto de Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados. Ao chegar ao Senado assumi a relatoria pela CAS, Comissão de Assuntos Sociais, e, em 23 de setembro de 2003, o Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade no Senado Federal.

No dia 1° de outubro de 2003, o Presidente Lula sancionou a lei que criava o Estatuto do Idoso. Estatuto esse que garante uma série de direitos aos idosos do Brasil.

23 anos se passaram e a população com 60 anos ou mais é de 35,2 milhões de pessoas. E com 70 anos ou mais são 15,24 milhões de brasileiras e brasileiros. Em 2003, ano do Estatuto do Idoso, eram 16,7 milhões com 60 anos ou mais. E com 70 anos ou mais eram 5,7 milhões de pessoas.

Portanto, é em boa hora que o presidente Lula anuncia a criação do Ministério do Idoso. A população brasileira envelheceu e as políticas públicas não acompanham esse processo. Há necessidade de um novo Estatuto do Idoso Digital, à semelhança do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Digital. Há necessidade de políticas transversais entre os diversos ministérios e órgãos do governo federal e uma política vigorosa de apoio e estímulo às cidades e aos estados brasileiros no incremento de políticas locais.

Os idosos nesse segundo turno deram uma aula de civismo. É hora do governo brasileiro criar o Ministério do Idoso. Todos os brasileiros e brasileiras desejam envelhecer com dignidade, porque respeitar o idoso é respeitar a si mesmo.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

A hora é de muita calma

Muita calma nesta hora. Isto é o mínimo que se pode exigir dos políticos brasileiros- vencedores e derrotados - para que o país siga em frente. A tentativa de alguns de implantar um regime de terror, como o boicote ao comércio comandado por gente da esquerda coloca em risco a democracia, sem trazer qualquer benefício ao país.

Atitudes assim servem apenas para manter em evidência derrotados que buscam espaço junto ao eleitorado. Ninguém deseja um país apático, sem discussões políticas, sem correntes divergentes. As divergências, com a consequente busca da convergência através, do diálogo é da essência do regime democrático.

E o que estamos assistindo hoje nos dá a certeza de que o diálogo, a busca do consenso para enfrentar nossos problemas, que são graves, especialmente na área econômica / financeira, não está na agenda dos políticos, especialmente os ditos de oposição.

Como é da velha prática de nosso mundo político, o que já estamos assistindo é o governo buscando não o diálogo em torno de propostas, mas a cooptação de quem, na campanha, se dizia oposição, mas que já aceita “mudar de lado” em troca de favores, cargos ou vantagens.

Mas se existem os cooptáveis, existem os radicais, os que não aceitam apoiar nem dialogar com quem considera adversários fidagais os que pensam diferente politicamente. Gente que se diz de direita ou de esquerda. São estes que ameaçam o país. Gente que não sabe dialogar, que não respeita os que pensam diferente. São os que hoje colocam o país em risco. Que só sobrevive politicamente com o radicalismo, sem se importar que o país enfrenta ameaças sérias, internas e externas- e que precisa de união, não de adesão simplesmente- na busca de soluções.

Não, não estou defendendo os adesistas. Respeito os que pensam diferente, desde que se tenham grandeza para se sentarem à mesa para colocar suas ideias, suas propostas e buscar o consenso. Os que fogem, os que já pensam na próxima eleição não ajudam em nada.

ISIS NÓBILE DINIZ

Membro do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)

O Brasil desenha um novo horizonte energético

Há momentos em que os números contam histórias que vão além das estatísticas. Ano passado, em 2025, a geração de energia solar alcançou a produção de todas termelétricas fósseis no Brasil, pela primeira vez. O Sol, que há tanto tempo ilumina o país tropical, ganhou um novo lugar na paisagem energética brasileira.

A abundância de Sol e a de vento, somadas à tradição nacional no uso de fontes renováveis na geração de energia elétrica, oferecem ao país condições singulares para construir uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis. Essa vantagem já aparece nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), divulgadas esta semana pelo Observatório do Clima, que conta com a participação do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Mesmo com o crescimento da atividade econômica, as emissões que causam o aquecimento global associadas à energia, praticamente, não avançaram.

Todo o setor de energia brasileiro teve uma pequena alta de 1,2% nas emissões, passando de 422 MtCO2e para 427 MtCO2e (milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, medida usada para contabilizar os diferentes gases de efeito estufa em uma só unidade). A presença expressiva das fontes renováveis ajudou a conter o avanço.

Quando falamos do setor de energia, abordamos também a energia que move os veículos. O transporte responde, todos os anos, por cerca de metade das emissões nacionais desse setor. Em 2025, bateu recorde com 228 milhões de toneladas de dióxido equivalente (MtCO2e). Desse total, 123 milhões vieram do transporte de cargas e 105 milhões, de passageiros. Uma das possíveis explicações é o aquecimento da economia. Afinal, com mais atividade econômica, cresce também a necessidade de transportar pessoas e mercadorias.

Mesmo com o avanço dos veículos elétricos de passageiros, que já têm participação relevante nas vendas anuais totais de carros, o consumo de combustíveis fósseis continua se elevando. Em 2025, o consumo de diesel de petróleo aumentou 3%, enquanto o de gasolina A, sem a mistura de etanol, e o de gasolina C, vendida nos postos, também cresceram.

Nossa sorte é que o Brasil conta com outro aliado: os biocombustíveis. O etanol puro ou misturado à gasolina e o biodiesel ao diesel ajudaram a reduzir as emissões totais do setor, mostrando que é possível seguir produzindo, crescendo e se deslocando, com menos impacto sobre o clima.

O consumo de etanol, em geral, avançou 4%, todas as porcentagem deste texto são de dados de 2025 em comparação com 2024. Juntos, etanol e biodiesel representaram um quarto dos combustíveis no transporte nacional, um recorde. Vale lembrar que os biocombustíveis ajudam na mitigação das emissões e na redução da dependência externa de importações. No entanto, salvaguardas, principalmente em relação ao uso de terra, são necessárias.

Vale lembrar que, dentro desse contexto, ainda precisamos avançar para cidades em que o transporte coletivo seja a primeira escolha, confortável e acessível, e uma logística de transporte de cargas mais eficiente, capaz de conectar regiões sem ampliar na mesma proporção as emissões.

O sistema elétrico também pode acompanhar esse caminho para uma transição energética justa. Para aproveitar melhor a energia solar e eólica, necessitamos investir em armazenamento e desenvolver soluções que permitam equilibrar a oferta e a demanda. O desafio é fazer com que a energia do Sol e do vento, disponível em determinados momentos e lugares, possa chegar a quem precisa sem ser descartada por ser gerada em excesso.

O Sol e os recursos naturais sempre estiveram aqui. O que muda é a capacidade de transformá-los em novas possibilidades. Que este marco seja um sinal de que podemos construir um futuro energético mais limpo, justo e conectado às necessidades do país. Um amanhã que já começou a nascer, mesmo sabendo que ainda temos desafios relevantes no processo de transição energética brasileira.